

**NOTA DE ENVIO**

---

de: Praesidium  
para: Convenção  
Assunto: **Parte I, Título IV ( Instituições)**  
**- texto revisto**

---

Os membros da Convenção receberam em 26 de Maio a versão revista de um projecto de texto da Parte I da Constituição (CONV 724/03). Na nota de envio referente a esse projecto de texto indicava-se o motivo pelo qual só os artigos sobre as Instituições (Título IV) se mantinham inalterados e informava-se a Convenção de que o Praesidium apresentaria subsequentemente uma versão revista desses artigos.

Atendendo à diversidade e natureza contraditória das observações e alterações recebidas, o Praesidium entende necessitar de mais elementos que o ajudem na sua reflexão e na elaboração de uma proposta que possa constituir a base para um consenso. Decidiu, por conseguinte, que os seus Presidente e Vice-Presidentes efectuariam consultas com cada um dos grupos que compõem a Convenção.

Todavia, a fim de permitir que estas consultas e os debates subsequentes da Convenção se centrem nas questões mais fulcrais, o Praesidium decidiu distribuir uma versão revista do texto do Título IV da Parte I, que incorpora várias alterações e correcções efectuadas com base em sugestões de membros da Convenção. Esta versão corrigida destina-se apenas a preparar o caminho: as alterações referem-se a determinadas questões que, ou não são objecto de divergências de opinião efectivas, ou são susceptíveis de melhoramentos sem que sejam afectadas as questões fulcrais.

Nas observações relativas aos artigos, algumas disposições fulcrais sobre as quais, nesta fase, o Praesidium não apresenta um texto revisto vão assinaladas **a negro** e com um asterisco\*. (Tal não significa, obviamente, que sejam estas as únicas disposições sobre as quais o Praesidium gostaria de receber, no decurso das consultas efectuadas pela Presidência, os pontos de vista dos grupos que compõem a Convenção).

O Praesidium reconhece que, embora estas questões fulcrais estejam relacionadas especificamente com o funcionamento de cada uma das principais Instituições da União, algumas delas têm ramificações que excedem o conteúdo de artigos específicos, e em alguns casos se situam fora do âmbito do Título relativo às Instituições (a título de exemplo, refira-se que uma decisão sobre a definição de maioria qualificada pode, em relação a algumas delas, afectar as decisões sobre o âmbito de aplicação da votação por maioria qualificada).

O Praesidium recorda que nos debates da Convenção realizados em Janeiro relativos às Instituições se verificou um amplo consenso no sentido de os trabalhos se pautarem por um certo número de princípios de base, nomeadamente, a necessidade de melhorar a eficácia de todas as Instituições, a exigência de um equilíbrio institucional, o reconhecimento de que as Instituições, no seu conjunto, beneficiarão com a melhoria de eficácia de cada uma delas, e a importância de se respeitar a igualdade tanto dos cidadãos como dos Estados-Membros.

À luz das consultas que o Presidente e os Vice-Presidentes, em nome do Praesidium, irão efectuar em 4 de Junho com cada um dos grupos que compõem a Convenção, o Praesidium voltará a debruçar-se sobre os artigos relativos às questões fulcrais, apresentando posteriormente propostas de alteração em acréscimo às apresentadas no texto em anexo.

# **PARTE I DA CONSTITUIÇÃO**

## **TÍTULO IV: INSTITUIÇÕES DA UNIÃO**

### **Capítulo I – Quadro institucional**

#### **Artigo I-18.º: Instituições da União**

1. A União dispõe de um quadro institucional único que visa:

- prosseguir os objectivos da União,
- promover os seus valores,
- servir os interesses da União, dos seus cidadãos e dos seus Estados-Membros,

bem como assegurar a coerência, a eficácia e a continuidade das políticas e das acções por ela conduzidas para atingir os seus objectivos.

2. O quadro institucional compreende:

O Parlamento Europeu,  
O Conselho Europeu,  
O Conselho de Ministros,  
A Comissão Europeia,  
O Tribunal de Justiça [da União Europeia],  
~~O Banco Central Europeu,~~  
~~O Tribunal de Contas.~~

3. Cada Instituição actua nos limites das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição, em conformidade com os processos e nas condições que esta prevê. As Instituições mantêm entre si uma cooperação leal.

Observações:

*Foram apresentadas por membros da Convenção diferentes séries de alterações sobre a lista das Instituições. Alguns desejam retirar da lista a referência ao Conselho Europeu; outros desejam alterar a ordem da lista e colocar o Conselho Europeu no topo. Vários membros propõem que se altere a denominação "Conselho de Ministros", ou simplesmente para "Conselho", ou para "Conselho da União Europeia".*

*Houve também uma proposta no sentido de suprimir o Banco Central Europeu da lista das Instituições. O Praesidium sugere que o artigo sobre o BCE se mantenha neste título, mas que seja colocado, juntamente com o relativo ao Tribunal de Contas, num capítulo separado intitulado "Outras Instituições e órgãos". As principais Instituições figurariam num primeiro capítulo intitulado "Quadro institucional".*

*O Praesidium acordou em aceitar a proposta (Barnier + Vitorino) de alteração da denominação do TJCE, para, simplesmente, "Tribunal de Justiça".*

### **Artigo I-19.º: Parlamento Europeu**

1. O Parlamento Europeu exerce, juntamente com o Conselho, a função legislativa **e a função orçamental, bem como** funções de controlo político e funções consultivas, de acordo com as condições estabelecidas na Constituição. O Parlamento Europeu elege o Presidente da Comissão Europeia.
2. O Parlamento Europeu é directamente eleito por sufrágio universal pelos cidadãos europeus, em escrutínio livre e secreto, por um mandato de cinco anos. O número de deputados não será superior a setecentos. A representação dos cidadãos europeus é assegurada de modo degressivamente proporcional, sendo fixado um limiar mínimo de quatro deputados do Parlamento Europeu por cada Estado-Membro.
3. O Parlamento Europeu elege o Presidente e a Mesa, ~~por um período de cinco anos.~~

Observações:

*O artigo 15.º suscitou muitas propostas de alteração e observações. A maioria sugere que se reproduzam simplesmente as disposições do Nice relativas à composição do Parlamento Europeu. O limite máximo proposto de 700 foi criticado e várias alterações sugerem que esse número passe para 732. \**

*O Praesidium propõe que se aceite o pedido de muitos membros da Convenção (Brok e 27 outros, Farnleitner, Kiljunen, Lopes, Muscardini, Santer, de Vries, Michel, Papandreou, Roche, Voggenhuber, Barnier, Vitorino,) de incluir uma referência às competências orçamentais do Parlamento.*

*O Praesidium propõe que se aceite a alteração ao n.º 3, proposta por Giannakou, no sentido de evitar a imposição de um mandato eleitoral de cinco anos para o Presidente e a Mesa do PE (verifica-se na prática que o mandato do Presidente é de dois anos e meio).*

*A última alteração proposta relativamente ao n.º 2 é puramente de ordem linguística (diz apenas respeito à versão francesa) e simplifica o texto.*

### **Artigo I-20.º: Conselho Europeu**

1. O Conselho Europeu dá à União o impulso necessário ao seu desenvolvimento e define as suas orientações e prioridades políticas gerais.
2. O Conselho Europeu é composto pelos Chefes de Estado ou de Governo dos Estados-Membros, bem como pelo seu Presidente e pelo Presidente da Comissão. O Ministro dos Negócios Estrangeiros participa nos seus trabalhos.
3. O Conselho Europeu reúne-se uma vez por trimestre, por convocação do seu Presidente. Sempre que a ordem de trabalhos assim o exija, os membros do Conselho poderão decidir ser assistidos por um Ministro e, no caso do Presidente da Comissão, por um Comissário. Sempre que a situação assim o exija, o Presidente convocará uma sessão extraordinária do Conselho Europeu.
4. Salvo disposição em contrário prevista na Constituição, o Conselho Europeu pronuncia-se por consenso.

#### Observações

***O Secretariado recebeu várias propostas de alteração em relação à proposta do Praesidium de substituir a presidência rotativa do Conselho Europeu \*.***

*Diversas outras alterações estão relacionadas com a questão da participação no Conselho Europeu. Alguns membros da Convenção solicitam, por exemplo, que os Ministros dos Negócios Estrangeiros continuem a ser membros de pleno direito.*

*Uma terceira série de alterações diz respeito ao título do Presidente do Conselho Europeu. Alguns sugerem que esse título seja traduzido para inglês por "Chairman" e para alemão por "Vorsitzender". Esta sugestão poderá talvez ser mais bem analisada. Todavia, há que ter em mente que nos outros artigos do projecto de Constituição relativos, por exemplo, à Presidência da Comissão ou do Parlamento, não foi proposto um termo alternativo para "Presidente". Será que a palavra "Président" em francês pode ser traduzida de maneira diferente para inglês ou alemão consoante os artigos da Constituição?*

#### **Artigo I-21.º: Presidente do Conselho Europeu**

1. O Conselho Europeu elege o seu Presidente por maioria qualificada, por um período de dois anos e meio, renovável uma vez. ~~Para ser eleito, o Presidente deve ser membro do Conselho Europeu ou nele ter tido assento pelo menos durante dois anos.~~ Em caso de impedimento grave, o Conselho Europeu pode pôr termo ao seu mandato, segundo o mesmo processo.
2. O Presidente do Conselho Europeu anima os trabalhos do Conselho Europeu, preside a esses trabalhos e assegura a sua preparação e continuidade. Actua no sentido de facilitar a coesão e o consenso no âmbito do Conselho Europeu. Apresenta ao Parlamento Europeu um relatório no seguimento de cada uma das suas sessões.

O Presidente do Conselho Europeu assegura, **nessa qualidade** e ao seu nível, a representação externa da União ~~a representação externa da União no que respeita às matérias do âmbito da Política Externa e de Segurança Comum,~~ **sem prejuízo das responsabilidades do Presidente da Comissão e do Ministro dos Negócios Estrangeiros.**

3. O Conselho Europeu pode decidir, ~~por consenso,~~ criar uma Mesa composta por três membros, escolhidos segundo um sistema de rotação paritária.
4. O Presidente do Conselho Europeu não pode ser membro de outra Instituição europeia nem exercer um mandato nacional.

#### Observações:

***No que respeita ao artigo 16.º, foram apresentadas várias propostas de alteração à proposta do Praesidium de substituir a presidência rotativa do Conselho Europeu \*.***

*Certos membros da Convenção (Andriukaitis, Hain, Thorning-Schmidt, Van Lancker) manifestaram dúvidas quanto à necessidade de especificar esses critérios relativamente ao Presidente do Conselho Europeu. Tendo-se debruçado sobre a questão, o Praesidium concorda.*

*A referência às funções de representação do Presidente do Conselho Europeu em todo o mundo suscitou muitas observações, em particular sobre a questão da possível sobreposição com as funções do Ministro dos Assuntos Europeus ou do Presidente da Comissão (Christophersen, Fischer, Hübner, de Villepin, Severin, Teufel). O Praesidium aceita ter em conta estas preocupações alterando o segundo parágrafo do n.º 2.*

*Muitos membros da Convenção manifestaram alguma preocupação relativamente à criação de uma "nova burocracia" ao serviço do Conselho Europeu, que irá duplicar a da Comissão. A fim de solucionar esta questão, o artigo proposto sobre o Conselho Europeu na Parte III (artigo III-239.º) inclui uma referência ao facto de o Conselho Europeu ser apoiado pelo Secretariado-Geral do Conselho.*

*No n.º 3 não é necessário especificar a regra de votação do Conselho Europeu que é obrigatoriamente abrangida, salvo especificação em contrário, pela regra geral de tomada de decisão por consenso referida no n.º 4 do artigo 16.º.*

*Houve várias alterações que solicitavam a supressão da disposição do n.º 4 que proíbe o Presidente do Conselho Europeu de ser "membro de outra Instituição". Nesta fase, o Praesidium não fez alterações.*

## **Artigo I-22.º: Conselho de Ministros**

1. O Conselho de Ministros exerce, juntamente com o Parlamento Europeu, a função legislativa, **a função orçamental**, bem como funções de definição de políticas e de coordenação, de acordo com as condições estabelecidas na Constituição.
2. O Conselho de Ministros é composto por um representante nomeado por cada Estado-Membro, a nível ministerial, para cada uma das suas formações. Só esse representante tem poderes para vincular o seu Estado-Membro e exercer o direito de voto.
3. Salvo disposição em contrário prevista na Constituição, o Conselho delibera por maioria qualificada.

Observações:

*O Praesidium concorda com a sugestão apresentada por vários Convencionais (Michel, de Vries, Santer, Barnier, Vitorino, Papandreou, Vanhanen, Balázs, Korhonen) de aditar uma referência à função orçamental do Conselho no n.º 1.*

*Várias alterações (de Villepin, Balázs, Korhonen, Teufel, Vanhanen) propõem alterações ao n.º 2, em alguns casos com o objectivo de evitar que o texto sobre a representação no Conselho se limite aos ministros nacionais. Outros sugeriram que este número reproduza fielmente o texto do artigo 203.º existente. O texto, com a redacção que lhe foi dada, não pretende restringir a representação dos Estados-Membros no Conselho e, por conseguinte, propõe-se que se mantenha inalterado.*

**Artigo I-23.º:    Formações do Conselho**

1. O Conselho dos Assuntos Gerais assegura a coerência dos trabalhos do Conselho de Ministros. Prepara as sessões do Conselho Europeu, com a participação da Comissão.
2. O Conselho Legislativo delibera e pronuncia-se juntamente com o Parlamento Europeu sobre as leis e leis-quadro europeias, em conformidade com o disposto na Constituição. **A representação de cada Estado-Membro no Conselho Legislativo é assegurada por um representante ministerial e por um ou dois representantes ao mesmo nível que possuam conhecimentos especializados consentâneos com a ordem de trabalhos.**
3. O Conselho dos Negócios Estrangeiros elabora as políticas externas da União, de acordo com as linhas estratégicas definidas pelo Conselho Europeu, e assegura a coerência da sua acção. É presidido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da União.
4. O Conselho reúne-se igualmente sob a forma de Conselho dos Assuntos Económicos e Financeiros, bem como de Conselho da Justiça e Segurança.
5. O Conselho, na sua formação de Assuntos Gerais, pode decidir reunir-se noutras formações.



6. O Conselho Europeu pode decidir, ~~por consenso~~, que a Presidência de uma formação do Conselho de Ministros, com excepção da formação de Negócios Estrangeiros, seja assegurada por um Estado-Membro durante um período mínimo de um ano, tendo em conta os equilíbrios políticos e geográficos europeus e a diversidade de todos os Estados-Membros.

Observações:

*A proposta de criação de um Conselho Legislativo e, em especial, o seu "modus operandi", suscitou muitas observações e reacções. Vários membros da Comissão manifestaram dúvidas quanto à disposição proposta, segundo a qual os ministros "sectoriais", cujo peso político a nível nacional é muitas vezes considerável (Finanças, Justiça), não participariam nas reuniões do Conselho Legislativo que lhes diriam respeito e se limitariam a "coadjuvar" o representante ministerial, que exprimiria a posição do Estado-Membro. Para atender a esta preocupação, propõe-se uma reformulação da última frase. Outros aspectos serão certamente suscitados durante as próximas consultas.*

*No n.º 3, várias alterações propunham a supressão da referência à presidência do Conselho (Negócios Estrangeiros) pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (Barnier, Bonde, Einem, Helle, Palacio). Embora se possa argumentar que o ministro teria dificuldade em, simultaneamente, presidir ao Conselho e defender as suas propostas, esta objecção parece ser em grande medida teórica, dado o estatuto particular do ministro no âmbito da Comissão e o facto de a sua competência para os assuntos da PESC emanar efectivamente do Conselho. Se o ministro não tivesse este papel, a sua capacidade para ser visto, a nível externo, como representante único da política externa da União ficaria seriamente prejudicada, dado que existiria uma presidência separada do Conselho (Negócios Estrangeiros).*

*No n.º 6, a alteração proposta é meramente de redacção (a referência ao consenso é desnecessária, dado que este aparece citado no n.º 3 do artigo 17.º como a regra geral aplicável às votações do Conselho).*

***O n.º 6, nesta sua redacção, prevê que o Conselho Europeu tome decisões sobre a Presidência das formações do Conselho. A questão geral do futuro âmbito da rotação da Presidência do Conselho é suscitada em muitas alterações. \****

**Artigo I-24.º: Maioria qualificada**

1. Sempre que o Conselho Europeu ou o Conselho deliberem por maioria qualificada, esta é definida como uma maioria de Estados-Membros que representem, no mínimo, três quintos da população da União.
2. No Conselho Europeu, o seu Presidente e o Presidente da Comissão não participam na votação.

*Observações:*

***Algumas alterações propõem que as regras de votação contidas nos actuais Tratados ( pós- Nice) sejam mantidas e que este artigo seja alterado em conformidade.\****

*Durante a sessão plenária, vários membros da Convenção propuseram também que a Constituição incorporasse uma disposição existente que aumenta a maioria qualificada ( para dois terços dos Estados-Membros, como acordado em Nice) sempre que o Conselho não tome uma decisão sob proposta da Comissão (mas sim por iniciativa de um Estado-Membro ou de um grupo de Estados-Membros). O Praesidium concorda, mas pretende voltar a analisar a definição de maioria à luz das próximas consultas.*

### **Artigo I-25.º: Comissão Europeia**

1. A Comissão Europeia ~~salvaguarda~~ **promove** o interesse geral europeu **e toma iniciativas adequadas para o efeito**. Vela pela aplicação das disposições da Constituição, bem como das medidas aprovadas pelas Instituições por força desta. Exerce igualmente funções de coordenação, execução e gestão, de acordo com as condições estabelecidas na Constituição.
2. Salvo disposição em contrário prevista na Constituição, os actos da União apenas podem ser adoptados sob proposta da Comissão.
3. A Comissão é composta por um Presidente e, no máximo, catorze membros. Pode ser assistida por Comissários Delegados. **O disposto no presente número só produz efeitos a partir de 1 de Novembro de 2009.**
4. A Comissão exerce as suas responsabilidades com total independência. No cumprimento dos seus deveres, os membros da Comissão não solicitarão nem aceitarão instruções de nenhum Governo nem de nenhum organismo.
5. A Comissão, enquanto colégio, é responsável perante o Parlamento Europeu. Este pode aprovar uma moção de censura à Comissão, de acordo com as modalidades enunciadas no artigo III - 238.º da Constituição. Caso tal moção seja aprovada, os membros da Comissão devem abandonar colectivamente as suas funções. ~~Continuarão~~ **A Comissão continuará a gerir os assuntos correntes até à nomeação dos seus sucessores de um novo colégio.**

Observações:

***Um grande número de propostas de alteração a este artigo diz respeito à composição da Comissão prevista no n.º 3. A maior parte destas propostas sugere que se retomem as disposições correspondentes de Nice ou que se preveja, a título permanente, um Comissário por Estado-Membro.\****

*Em relação ao n.º 1, o Praesidium propõe que se aceite a sugestão apresentada por M. Barnier, A. Vitorino, E. Lopes, G. de Vries, J. Santer e L. Michel no sentido de se alterar a definição do papel da Comissão.*

*Foi assinalado que a redacção do n.º 2 é incorrecta, pois implica a necessidade de uma proposta da Comissão mesmo nos casos em que as Instituições podem adoptar actos por iniciativa própria. O Praesidium procederá à revisão da sua proposta para este número à luz do parecer dos juristas.*

*A alteração ao n.º 3 é um simples esclarecimento.*

*Propõe-se a aceitação de uma sugestão apresentada por diversos Convencionais, segundo a qual o n.º 3 do artigo 18.º-A, ligeiramente alterado, deveria passar a ser o último número do artigo 18.º. O Praesidium propôs igualmente pequenas alterações de redacção.*

**Artigo I-26.º: Presidente da Comissão Europeia**

1. Tendo em conta as eleições para o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada, propõe ao Parlamento Europeu um candidato ao cargo de Presidente da Comissão. O candidato é eleito pelo Parlamento Europeu por maioria dos membros que o compõem. Caso o candidato não recolha a maioria, o Conselho Europeu propõe ao Parlamento Europeu, no prazo de um mês, um novo candidato, de acordo com o processo anteriormente seguido.
2. Cada Estado-Membro elabora uma lista de três pessoas, incluindo pelo menos uma mulher, que considere qualificadas para exercer a função de Comissário Europeu. Entre essas pessoas, o Presidente eleito designa como membros da Comissão, tendo em conta os equilíbrios políticos e geográficos europeus, treze personalidades, no máximo, escolhidas pela sua competência e pelo seu empenhamento europeu e que ofereçam todas as garantias de independência. O Presidente e as personalidades designadas para membros da Comissão, **incluindo o futuro Ministro dos Negócios Estrangeiros**, são colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu. **O mandato da Comissão é de cinco anos.**

3. O Presidente da Comissão define as orientações no âmbito das quais a Comissão exerce a sua missão. Decide da sua organização interna, a fim de assegurar a coerência, a eficácia e a colegialidade da sua acção. Nomeia Vice-Presidentes de entre os membros da Comissão.
- Qualquer membro da Comissão deve apresentar a sua demissão se o Presidente lho pedir.**
4. O Presidente pode nomear Comissários Delegados, que serão escolhidos tendo em conta os critérios aplicáveis a respeito dos membros da Comissão. O seu número não pode ser superior ao número de membros da Comissão.

Observações:

***Este artigo foi objecto de diversas alterações, das quais a maioria se centra especificamente na questão da dimensão da Comissão, bem como na proposta de introdução de "Comissários Delegados" (n.ºs 2 e 4). \****

*Além disso, diversos Convencionais manifestaram dúvidas quanto ao processo enunciado no início do n.º 2.*

*Diversos Convencionais (Brok, Berger, Barnier, Papandreou) preferiam a inclusão de uma referência explícita ao facto de o Ministro dos Negócios Estrangeiros se encontrar entre os nomes colegialmente sujeitos a um voto de aprovação do Parlamento Europeu.*

*O Praesidium está de acordo em aceitar que n.º 2 especifique que o mandato da Comissão e do respectivo Presidente é de cinco anos (alterações Brok + 31, Meyer, Stockton, Svensson, de Villepin, Giannakou).*

*É igualmente aceite a proposta, que colheu amplo apoio por parte da Convenção (ver Barnier, Vitorino, Papandreou, Attalides, Farnleitner, Duff, Hübner, Kiljunen, Liepina, Lopes, McAvan, Santer, Michel, de Vries), no sentido de reforçar os poderes do Presidente da Comissão integrando uma disposição do Tratado de Nice que lhe permite pedir a demissão de um Comissário (actual n.º 4 do artigo 217.º). Contudo, no intuito de reforçar a autonomia decisória do Presidente da Comissão, propõe-se que não se mantenha a condição de aprovação pelo Colégio contida no actual n.º 4 do artigo 217.º.*

### **Artigo I-27.º: Ministro dos Negócios Estrangeiros**

1. O Conselho Europeu, deliberando por maioria qualificada, com o acordo do Presidente da Comissão, nomeia o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União. Este conduzirá a Política Externa e de Segurança Comum da União. **O Conselho Europeu pode pôr termo ao seu mandato de acordo com o mesmo processo.**
2. O Ministro dos Negócios Estrangeiros contribui, com as suas propostas, para a elaboração da Política Externa Comum, executando-a na qualidade de mandatário do Conselho. Actua do mesmo modo no que se refere à Política de Segurança e Defesa Comum.
3. O Ministro dos Negócios Estrangeiros é um dos Vice-Presidentes da Comissão Europeia. É responsável, neste âmbito, pelas relações externas e pela coordenação dos demais aspectos da acção externa da União. No exercício das suas responsabilidades a nível da Comissão, e apenas em relação a essas responsabilidades, o Ministro dos Negócios Estrangeiros está submetido aos processos que regem o funcionamento da Comissão.

#### **Observações:**

*Foram apresentadas múltiplas propostas de alteração do título do artigo. As opções mais plausíveis são "Secretário da União", "Representante Externo da União Europeia" ou "Alto Comissário".*

*Diversos membros da Convenção pediram a inclusão de uma referência à cessação de funções do Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Praesidium está de acordo em que seja retomada, com alterações, uma proposta apresentada por D. de Villepin sobre esta matéria (n.º 1).*

### **Artigo I-28.º: Tribunal de Justiça da União Europeia**

1. **O Tribunal de Justiça garante o respeito da lei na interpretação e na aplicação da Constituição. O Tribunal de Justiça inclui o Tribunal de Grande Instância e os tribunais especializados.**

Os Estados-Membros estabelecem as vias de recurso necessárias para assegurar uma protecção jurisdicional efectiva no domínio do direito da União.

2. O Tribunal de Justiça é composto por um juiz de cada Estado-Membro e é assistido por advogados-gerais. O Tribunal de Grande Instância é constituído, no mínimo, por um juiz de cada Estado-Membro, sendo o número de juízes fixado no Estatuto do Tribunal de Justiça. Os juízes **e os advogados-gerais** do Tribunal de Justiça e os juízes do Tribunal de Grande Instância, escolhidos entre personalidades que ofereçam todas as garantias de independência e reúnam as condições exigidas nos artigos III-256.º e III-257.º, são nomeados, de comum acordo, pelos governos dos Estados-Membros, por um mandato de seis anos, renovável.
3. O Tribunal de Justiça:
  - **decide** sobre os recursos interpostos ~~pela Comissão~~, por um Estado-Membro, por uma Instituição ou por pessoas singulares e colectivas **nos termos do disposto na Parte III**;
  - **decide** a título prejudicial, a pedido dos órgãos jurisdicionais nacionais, sobre a interpretação do direito da União ou sobre a validade dos actos aprovados pelas Instituições;
  - **decide** sobre os demais casos previstos na Constituição.

Observações:

*Foram apresentadas várias propostas de alteração tendentes a reforçar a ideia de que o Tribunal de Justiça é ao mesmo tempo uma Instituição da União e um tribunal. Algumas pretendiam esclarecer que, como instituição, o Tribunal de Justiça engloba o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Grande Instância (de Villepin, Michel, Severin). Outras visavam o aditamento dos tribunais especializados (Balázs + 8, Vitorino, Azevedo + 1, Papandreou, Fini, Hjelm-Wallén + 5, Kiljunen, Severin). Ambas as sugestões foram aceites.*

*Alguns membros da Convenção sugeriram que o processo de nomeação dos juizes e advogados-gerais do Tribunal de Justiça fosse decidido pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, após parecer favorável do Parlamento Europeu (Brok + 26, Borrell + 2, McAvan, Voggenhuber + 4). Quanto ao mandato, muitos membros da Convenção argumentaram que um mandato mais longo e não renovável poderia ser de molde a reforçar a independência dos membros do Tribunal. Alguns membros da Convenção sugeriram um mandato único de doze anos (Vitorino, Papandreou), tendo um grande número sugerido um mandato único de nove anos (Andriukaitis + 2, Berger, Duff + 6, Duhamel + 2, Einem, Haenel, Azevedo, McAvan, De Villepin, Olesky, Paciotti Queiró). Contudo, resultou dos trabalhos do Círculo e dos debates em plenário que um grande número de Convencionais prefere manter tanto o processo de nomeação como o mandato actualmente previstos para os juizes, opção que o Praesidium recomenda.*

*O Praesidium propôs que se alterasse o texto do n.º 3 por forma a torná-lo mais geral, em resposta a diversas sugestões de redacção apresentadas por membros da Convenção.*

## **Capítulo II – Outras Instituições e Órgãos**

### **Artigo I-29.º: Banco Central Europeu**

1. O Banco Central Europeu dirige o Sistema Europeu de Bancos Centrais, de que faz parte juntamente com os bancos centrais nacionais.
2. O **Sistema** tem como principal objectivo manter a estabilidade dos preços. Sem prejuízo do objectivo de estabilidade dos preços, o **Sistema** presta apoio às políticas económicas gerais na União, a fim de contribuir para a realização dos objectivos da União. O **Sistema conduz** a política monetária da União e outras missões de um banco central, em conformidade com o disposto na Parte III da Constituição e nos seus Estatutos.
3. O Banco goza de personalidade jurídica. A ele cabe exclusivamente o direito de autorizar a emissão do euro, moeda da União. É independente no exercício dos seus poderes e nas suas finanças. As Instituições e os órgãos da União, bem como os Governos dos Estados-Membros, comprometem-se a respeitar este princípio.

4. O Banco aprova as medidas necessárias ao desempenho das suas missões, em conformidade com o disposto nos artigos III-74.º a III-81.º e de acordo com as condições estabelecidas nos seus Estatutos. Em conformidade com essas mesmas disposições, os Estados-Membros que não tenham adoptado o euro, bem como os respectivos bancos centrais, conservam as suas competências no domínio monetário.
5. Nos domínios da sua competência, o Banco é consultado sobre qualquer projecto de acto da União, bem como sobre qualquer projecto de regulamentação a nível nacional, e pode apresentar pareceres.
6. Os órgãos do Banco, a sua composição e as regras de funcionamento são definidas nos artigos III-82.º a III-85.º, bem como nos Estatutos do Banco.

Observações:

*Poucos membros da Convenção apresentaram propostas de alteração sugerindo que o BCE não fizesse parte das Instituições, embora alguns pretendessem que fosse mais claramente diferenciado das outras Instituições principais. Dando seguimento a estas sugestões, propõe-se a criação de um capítulo separado dedicado ao BCE e ao Tribunal de Contas (ver observações ao artigo 14.º).*

*Foram apresentadas várias propostas de alteração quanto à redacção do n.º 1 e, em particular, quanto ao que é visto como uma modificação da relação entre o BCE e o SEBC. Na abordagem a esta questão, o Praesidium propõe que se altere o artigo por forma a que o texto se aproxime mais do actual Tratado.*

**Artigo I-30.º: Tribunal de Contas**

1. O Tribunal de Contas efectua a fiscalização das contas.
2. O Tribunal de Contas examina as contas da totalidade das receitas e despesas da União e garante a boa gestão financeira.
3. O Tribunal de Contas é composto por um nacional de cada Estado-Membro. Os seus membros exercem as suas funções com total independência.



Observações:

*Foram apresentadas muito poucas alterações de redacção a este artigo. Todavia, alguns Convencionais (de Vries, Hjelm-Wallén, Fischer) apresentaram propostas substantivas de alteração do funcionamento do Tribunal, no sentido de que deixe de haver um nacional de cada Estado-Membro a exercer funções executivas no Tribunal e de que seja criado um Comité de Direcção. Estas alterações terão de ser consideradas no contexto de eventuais alterações aos artigos da Parte III sobre o Tribunal de Contas.*

**Artigo I-31.º: Órgãos consultivos da União**

1. O Parlamento Europeu, o Conselho de Ministros e a Comissão são assistidos por um Comité das Regiões e por um Comité Económico e Social, que exercem funções consultivas.
2. O Comité das Regiões é composto por representantes das autarquias regionais e locais, quer titulares de um mandato a nível regional ou local, quer politicamente responsáveis perante uma assembleia eleita.
3. O Comité Económico e Social é composto por representantes das organizações de empregadores, de trabalhadores e de outros actores representativos da sociedade civil, em especial nos domínios socioeconómico, cívico, profissional e cultural.
4. Os membros do Comité das Regiões e do Comité Económico e Social não devem estar vinculados a quaisquer instruções. Exercem as suas funções com total independência, no interesse geral da União.
5. As regras relativas à composição destes Comités, à designação dos seus membros, às suas atribuições e ao seu funcionamento são definidas nos artigos III-288.º a III-294.º da Constituição. As regras relativas à composição serão revistas periodicamente pelo Conselho, sob proposta da Comissão, por forma a acompanhar a evolução económica, social e demográfica da União.

Observações:

*O texto original foi, em geral, bem acolhido. No entanto, após madura reflexão, o Praesidium apoia o pedido apresentado por diversos Convencionais no sentido de ser incorporada no n.º 2 a redacção contida nos actuais Tratados.*

o  
o      o

*O Praesidium decidiu não manter a proposta de um eventual artigo X do Título VI, "Vida democrática da União".*

=====